

## **Paul Ricoeur e Michel De Certeau: A Hermenêutica da Falta como Produção de Sentidos ou A Hermenêutica dos Rastros do Outro<sup>1</sup>**

Ana Cristina Meneses de Sousa Brandim  
Professora da Universidade Estadual do Piauí (UESPI)  
Mestre em História do Brasil (UFPI)  
Doutoranda da linha de pesquisa de cultura e memória da UFPE  
E-mail: [acmbrandim@hotmail.com](mailto:acmbrandim@hotmail.com)

### **RESUMO**

Paul Ricoeur e Michel de Certeau enriqueceram o campo hermenêutico da história com suas concepções relativas ao passado como produtor de sentido, que se consubstancia no presente através dos rastros. A forma como lidamos com o passado, principalmente quando se apresenta em formato de texto, é tratado de forma diferenciada pelos dois intelectuais. É sobre a contribuição de suas idéias para o campo historiográfico que se baliza o artigo a seguir. Sabemos que a problemática da escrita tem fundamental importância para o historiador, pois é um dos acessos ao passado. Desta forma, é primordial que possamos entender as principais teorias que se disseminaram nos últimos tempos, com relação à escrita, para que possamos balizar o passado não como uma instância carregada de verdades, mas como lugar primordial do trabalho hermenêutico.

Palavras-chave: Paul Ricoeur; Michel de Certeau; hermenêutica; história.

### **ABSTRACT**

Paul Ricoeur and Michel de Certeau enriched the hermeneutics of history field with his conceptions on the past as a producer of meaning, embodied in the present through the tracks. The way we deal with the past, especially when presented in text, is treated differently by the two intellectuals. It's about contributing your ideas for the historiographical field as the article below. We know that the problem of writing has fundamental importance for the historian, for it is one of the accesses to the past. Thus, it is crucial that we understand the main theories that have spread in recent times, with respect to writing, so we can trace a past not as a body charged with truths, but as primary place of work hermeneutic.

Keywords: Paul Ricoeur; Michel de Certeau; hermeneutics; history.

*O mundo não foi criado, foi dito.  
Boudelaire*

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado à disciplina de Tópicos Especiais em Teoria da História: tecer, dobrar – A hermenêutica e a escrita da história, sob a orientação do professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFPE-UFRN)

## **I. Introdução**

Tanto Paul Ricoeur<sup>1</sup> quanto Michel de Certeau<sup>2</sup> trouxeram contribuições importantes para o campo hermenêutico da história, ao problematizarem a questão da escrita como sinal imprescindível para o trabalho de deciframento dos rastros do Outro<sup>3</sup>. Acreditam que o passado consubstancia-se no presente através dos rastros, dos vestígios deixados que, independente do tempo e do lugar, fazem-se presentes de várias maneiras, seja através dos testemunhos escritos, arqueológicos, seja dos testemunhos orais fixados pela escrita. O presente artigo procura dialogar com este pressuposto teórico e refletir sobre a escrita como meio que permite a materialização do pensamento, principalmente como vestígio utilizado pelo historiador em seu contato mais imediato com o passado como produto de uma falta, pois o passado nada mais é do que um rastro que chega desalinhado, embaçado, invertido. Nada apreendido pelo ato da escrita é total, universal, real no sentido de possuir uma existência comprovada, verdadeira. A escrita é sempre um remédio e um veneno, como refletiu P. Ricoeur (2007), pois tem a dupla capacidade de dizer protegendo os fatos do esquecimento, mas também de substituir o esforço de memória.

A escolha por este viés de reflexão permite fazer alguns deslocamentos, tanto no sentido de compreender a escrita como meio que se oferece para um trabalho hermenêutico, como também um desafio que se abre para a compreensão das experiências dos sujeitos no tempo. Desta maneira, acredito que as análises realizadas por P. Ricoeur (2000) e M. de Certeau (2002), sobre a escrita como meio que faz aparecer aquilo que está ausente ou como forma de apreensão dos sinais produzidos pelo Outro, são centrais para quem tem a linguagem como campo de pesquisa ou domínio filosófico, capaz de interceptar a vida e transfigurar o mundo.

A escrita é o contato mais imediato com aquilo que se disse ou diz, desta forma, longe de ser um artifício que apreende a realidade da maneira como aconteceu ou que

---

<sup>1</sup> Nasceu em 1913, em Valence (França) e morreu em Paris em 2005. Foi Catedrático em Filosofia e Doutor em Letras. Tornou-se professor em 1933 e marcou presença nos meios intelectuais franceses como herdeiro espiritual da fenomenologia de Husserl e do existencialismo cristão.

<sup>2</sup> Nasceu em Chambéry em 1925 e morreu em Paris em 1986. Foi jesuíta e erudito francês que combinou em suas obras psicanálise, filosofia e ciências sociais.

<sup>3</sup> Tanto Ricoeur como Certeau produziram reflexões importantes com relação à escrita enquanto meio de conhecimento de si do Outro. Para este artigo, a palavra será grafada em letra maiúscula para diferenciá-la como expressão emblemática.

exprime o mundo da forma como é, produz significados sobre realidades e expressa o vivido como texto, entendido aqui como toda forma de discurso fixado pela escrita (RICOEUR, 1991, p.141). Neste sentido, tudo aquilo que pode ser expresso pela escrita é possível de ser analisado, interpretado, pois o trabalho hermenêutico traduz-se numa vontade de deciframento dos símbolos no intuito de compreender o Outro e fazer-nos entender por ele. Esta dupla aporia revela-se essencial para que se possa pensar a escrita como uma forma de expressão que tem seus limites, sejam de ordem explicativa e interpretativa, sejam de ordem operadora das noções de tempo, espaço e sujeito.

Se a escrita expressa uma espécie de trama textual, ou ainda serve como registro de algo que está ausente; um ter-sido ausente; então, o registro histórico é um discurso da presença do faltante, uma forma de túmulo que exorciza aquele que não existe mais. Esta forma de registro ou de presença da ausência permite uma forma de localização do sujeito no presente de forma a situar-se com relação ao passado de maneira a apropriar-se dos seus significados que serão responsáveis pela continuidade das experiências. Assim, se a escrita é túmulo para aquilo que foi, serve também de lugar do significante que provém de significados, o passado aninhado no presente.

Posso dizer que o pensamento hermenêutico de P. Ricoeur e M. de Certeau parte, a princípio, destas considerações que entendem a escrita como lugar onde se intercepta o passado no presente, deslocando para o campo de reflexão o Outro como possibilidade de entendimento de si mesmo. Embora O si-mesmo-como-Outro seja uma questão ontológica que atravessou as reflexões realizadas por P. Ricoeur, não foi menos importante para M. de Certeau, que analisou as fontes escritas produzidas por Jean de Léry (1578) sobre a América como representações literárias que remetiam ao que denominou de “falha” de corte, ou seja, o Novo Mundo foi visualizado e dito como aquilo que desfocava, que se afastava do mundo exegético cristão não como diferença, mas como absurdo, o completo estranhamento. Toda a artilharia cruel do mundo cristão foi depositada na escrita daqueles que não eram o Outro e sim *eles* mesmos. M. de Certeau (2002) concluiu que o mundo “selvagem” era o Outro que não foi aceito pela dificuldade evidenciada na alteridade, já que o Outro era “aquele”, “aquilo”, o “feio”, a “maldade”.

Estas reflexões, a princípio, me conduzem as seguintes indagações: o que fazemos quando interpretamos os vestígios deixados pelo Outro? O que buscamos quando lemos um documento? O que acontece conosco após a leitura do Outro? Certamente estas

questões atravessam o campo historiográfico e são responsáveis em manter o desfile dos mortos na manhã de outono, pois o texto é uma construção que chega como brisa, mas que pode carregar em si a potência de uma tempestade ao final da tarde. Tanto P. Ricoeur como M. de Certeau tentaram entender estas questões como fundamentais para a compreensão do sujeito e das suas experiências no tempo e no espaço. É sobre esta vontade que irei abordar.

## **II. M. de Certeau: a escrita da História ou a escrita da ausência**

Para M. de Certeau (2002) a escrita da história, como presença de uma ausência é uma operação<sup>1</sup> que se abre para a compreensão de três etapas importantes: o lugar social, a prática e a escrita. Tais desdobramentos são capazes de abrir espaço para a “revelação” do passado, como dobra na temporalidade. O que se faz quando se arranca o passado de seu túmulo é um fazer historiográfico realizado pelo historiador que assume seu ofício fazendo escolhas, retaliações, no sentido sempre nefasto de reviver o passado, de mediá-lo através de sinais.

Tal esforço hermenêutico é aconselhável para se evitar principalmente duas armadilhas escondidas no fazer historiográfico: o fascínio sempre empobrecedor pelo acúmulo de documentos existentes nos arquivos, como se isto oferecesse acesso direto ao passado ou legitimasse o historiador e o anacronismo de uma leitura contemporânea do passado. A operação historiográfica deve atingir sua eficácia quando conseguir manter distante estes empecilhos e for capaz de provocar o estranhamento, já que pressupõe que o passado nos chega sempre deformado pelo distanciamento existente entre mim e o Outro, sendo necessário, assim, um conjunto de práticas que tornem o trabalho do historiador um campo sempre aberto para a reflexão e a busca de problemáticas.

Neste sentido, se o passado é uma possibilidade sempre aberta ao questionamento, à dúvida, através da operação realizada pelo historiador, sua ausência é sempre presentificada, mediatizada por procedimentos que devem servir para

---

<sup>1</sup> A operação historiográfica é uma tentativa de apreender a história como uma relação existente entre um lugar social, procedimentos científicos e a construção de uma escrita (CERTEAU, 2002, p. 66).

“violentar” e fazer aparecer os sentidos existentes em suas dobras, já que a escrita é um lugar, onde trafegam espíritos sempre possíveis de ser trazidos novamente pelo “milagre” da escrita. Antes, porém, é necessária a exumação dos restos realizada pela hermenêutica da falta, pois o que existe entre o dito e o não-dito são brechas, silêncios, vãos, abertos pelo esforço de compreensão de que nenhuma testemunha do passado é privilegiada com relação à verdade, é necessário um exercício hermenêutico para abrir lugar para o Outro.

Mas como damos sentido ao Outro? Para M. de Certeau, a operação historiográfica deve estar atenta para o *lugar social* de produção da escrita que determina, entre outras questões, a sua relação com o corpo social, é este que permite e proíbe (2002, p.77) o ingresso no escrito. O lugar social (museu, arquivo, institutos históricos, academias, entre outros) é responsável pelo credenciamento daquele que diz, a transferência de aceite ou de suspeita acontece sob seu espaço. Desta forma, o dito e o não-dito são jogos possibilitados, compartilhados pelo lugar social ocupado pelo sujeito.

Para M. de Certeau (2002), o *lugar social* não apenas possibilita o dito, mas também o autoriza, neste caso, a “instituição não dá apenas uma estabilidade social a uma doutrina. Ela a torna possível e, sub-repticiamente, a determina” (2002, p.70). É importante lembrar também neste jogo de permissões e proibições o lugar do historiador e seu ofício. O autor reconheceu que não é a extensão documental que legitima o historiador, mas, os efeitos produzidos pelo seu dizer, a forma como dialoga com seus pares, como *fabrica* seus interlocutores e como é aceito por estes. O lugar serve tanto para legitimar a operação historiográfica realizada pelo historiador, como também impõe-se como necessário para conhecer e situar o Outro. Desta forma, o lugar realiza uma dupla alegoria ao ser espaço de autorização do dito e do não-dito e meio onde transita o Outro, formulando especificidades que devem ser levadas em conta pelo historiador no momento de seu fazer, do seu ofício.

A segunda perspectiva defendida por M. de Certeau (2002) é mais pragmática e diz respeito ao fazer da história como *prática*, como disciplina que necessita de procedimentos e técnicas para organizar o discurso. No cruzamento entre o lugar e o saber se convergem explicações, compreensões, somente possíveis a partir do uso de instrumentos e técnicas. Para fazer falar o dado é necessário a pesquisa, como instrumento que se estabelece na fronteira entre a natureza e a cultura. Ao desfossilizar

as narrativas historiográficas, os procedimentos devem auxiliar o historiador a redistribuir epistemologicamente os momentos da pesquisa (documentação, tratamento de separação, interpretação, etc).

É a partir de um empreendimento que leva em conta a reflexão que o historiador transforma o espaço do documento. A linguagem passa a ser desfigurada a partir de um trabalho que opera com separações, classificações, ordenações, reiteraões. Assim como o biólogo consegue isolar um ser vivo para análise, o historiador deve expor seu objeto a uma redistribuição. Porém, diferentemente do biólogo, que irá buscar incidências específicas controladas por leis gerais, o historiador deverá fazer com que seu objeto funcione de outra maneira, ao avesso, a partir de uma ação transformadora.

Certeau entende que o uso de fontes, técnicas, oferece cientificidade ao ofício do historiador, porém suas escolhas, juízos, seleções, além do diálogo com autores reconhecidos da área do conhecimento, fazem das deambulações no campo da história não um trabalho que objetiva a unificação e a compreensão coerente, mas uma construção “científica” que tem como pressuposto dar lugar ao Outro, no sentido de buscar as incoerências, os desvios, os vãos existentes. Tal atividade visa fazer uma inversão, pois não se

parte de raridades (restos do passado) para chegar a uma síntese (compreensão presente), mas se parte de uma formalização (um sistema presente) para dar lugar aos restos (indícios de limites e, portanto, de um passado que é produto do trabalho). ( CERTEAU, 2002, p. 86).

Neste sentido, a tensão entre a ciência e a ficção faz da escrita da história uma espécie de “coisa mista”, onde o trabalho hermenêutico reduz a proporção dos erros sobre o passado, sabendo-se que tal atividade é incapaz de alcançar uma verdade, no sentido de totalidade. Este “real” captado pela instância hermenêutica é provisório, remete a uma prática que busca atribuir sentidos ao Outro como uma vontade de deciframento da floresta de símbolos, não no sentido de conhecê-lo completamente, mas de abrir-lhes um lugar no presente.

Entre o lugar social e a prática, a operação historiográfica faz aparecer a *escrita*. Tal qual mágica, o ato escriturístico enfeitiça a página em branco e executa uma vontade, um querer. A escrita é uma fabricação que articula o espaço social sob os auspícios de um conjunto de procedimentos que devem revelar a linguagem como um jogo que “cria”

mundos e rege um espaço de domínio sobre o tempo e as coisas. A escrita é ela própria uma operação que deve ser esmiuçada, no sentido de revelar suas inscrições, que tanto podem ser aquelas realizadas pela inspeção de um corpo jurídico como aquelas desenhadas pela força do cassetete policial, por exemplo.

A escrita, segundo as análises de M. de Certeau (2002), é um “teatro” onde se tem como objetivo uma prática, desta forma, é necessário que se evidencie seus autores, a representação, a cena, os meandros do espetáculo. A representação escriturária deve levar em conta que a fabricação de sua arquitetura é limitada, enquanto a pesquisa não é. Aquilo que se diz obedece a regras, preenche lacunas na constituição de conceitos e na vontade de dar sentido à falta. A escrita apresenta uma dupla dicotomia, pois ao tempo que é túmulo para o morto é também possibilidade de criação, invenção.

A escrita histórica também dá lugar à falta ao mesmo tempo em que a esconde. Seu controle através de procedimentos técnicos não inviabiliza ser uma presença em meio à ausência. É no ato da escrita que ocorrem as três fases do teatro historiográfico, pois ela diz um lugar social, necessita de planos de explicação e compreensão e efetua a representação histórica. Desta forma, a história necessita do questionamento como forma de evitar a singularidade e provocar o estranhamento.

A operação historiográfica pensada por M. de Certeau é uma tentativa de transformar a ausência (passado) numa presença física (escrita), desta forma, tem como pressuposto hermenêutico a noção de tempo folheado, onde a diversidade dos regimes temporais serve para demonstrar que a história é uma dobra na temporalidade, onde a duração interior (memória) é diferente do tempo do Outro (história). É nesta metamorfose da morte que a escrita se consubstancia sempre como algo diferente, pois é necessário esgotar o sentido das palavras, violentá-las, fazê-las dizer, pronunciar suas intenções, pois o importante “não é o dito (conteúdo) nem o dizer (ato), mas a transformação, a invenção de dispositivos (2000, p.245).

Entendo que a contribuição de M. de Certeau, com relação à escrita historiográfica é a preocupação em legitimá-la, oferecer-lhe um estatuto “científico”, mesmo que a “liberdade” do historiador em recortar, arrancar, extrair, inserir, colar, dizer, coloque-o a meio caminho entre a cientificidade e a ficção. O domínio da prática historiográfica tem como prerrogativa não a escrita de uma produção de verdade, mas a

transmutação do documento pelo uso da explicação e da compreensão como prerrogativas importantes para a representação literária do passado.

### **III. Paul Ricoeur: a escrita como atividade de interpretação**

Com relação ao campo historiográfico as contribuições hermenêuticas de P.Ricoeur são valiosíssimas, principalmente aquelas existentes em uma obra pouco conhecida pelos historiadores, denominada “Teoria da Interpretação” (2000), onde o autor alerta para a complexidade da escrita como narrativa que emite significados, que é construída e está implicada de porquês. Diferentemente de M. de Certeau, que estava preocupado com a formulação de procedimentos para a escrita historiográfica, P. Ricoeur desenvolve suas análises sobre a escrita como campo narrativo que produz sentidos e não é capaz de apreender o sujeito em todas as suas manifestações.

Para o autor, qualquer análise textual (e não somente narrativa historiográfica) deve levar em conta a existência de dois mundos principais: o da *obra* e o do *autor*. Sabendo-se que entendia por mundo algo preexistente a nós e que não o apreendemos de forma totalizadora. É necessário, portanto, para a compreensão de si e do mundo, as reflexões acerca dos signos e das obras que encontramos e que precedem nossa existência individual. É como se a narrativa escrita fosse uma espécie de patrimônio, mas não no sentido fossilizado da questão, mas na valorização da obra escrita como registro das idéias e concepções de um sujeito no tempo.

Desta forma, introduz um referencial filosófico importante, relativo à escrita, ao entender que o passado encontra-se escondido no presente, sendo compreensível apenas como discurso, como sentido elaborado na intenção de dizer algo. A experiência do Ser é temporalmente intransferível, nada pode devolvê-la ao viço do momento que passou. Ela é um ato experienciado, é único, isto é, importante para lembrar que ninguém pode viver a intensidade de uma vida no lugar de outra pessoa, mas pode, se quiser, tentar compreender aquilo que ficou registrado, que se transferiu como significação.

Para P. Ricoeur, “existe linguagem porque existe experiência” (2000, p.32), e a linguagem não deve ser vista como um cabedal de significados ideais, mas como signos que expressam “o que do discurso”, o sentido. Entre a linguagem e a experiência o que se

interpreta é o discurso e não o seu autor. Desta maneira, na transição da fala para a escrita, da oralidade para o texto, é necessário efetuar a dissociação entre aquilo que está escrito e a intenção mental do seu criador no momento em que escreveu, pois o que o texto significa é mais importante do que aquilo que o autor quis dizer quando escreveu a obra.

Esta autonomia semântica, proposta por P. Ricoeur, diferencia-se, em termos epistemológicos, do lugar social proposto por M. de Certeau na sua operação historiográfica, já que este último entende o lugar de produção como elemento fundante para se conhecer o autor, pois seu dizer está implicado pelo lugar do dito, este não está de forma nenhuma separado dele. Para P. Ricoeur, a escrita é um campo sempre problemático que ignora seu público e oculta seu leitor. No processo interpretativo confrontam-se sempre dois mundos: o da obra e o do intérprete (e leitor).

Este problema hermenêutico pensado por P. Ricoeur implica uma compreensão que comporta certo apagamento do intérprete em favorecimento da obra: a necessidade de se desapropriar de seus sentidos pré-existentes para deixar o texto “falar”, mostrar suas estranhezas, asperezas, fazer com que haja um choque entre o mundo da obra e do seu intérprete. Esta desapropriação do sujeito obriga-o a dois movimentos que implicam a *alteridade* e a *ipseidade*. A *alteridade* implica retirar o texto do seu completo estranhamento e distanciação, através da leitura, procurando as significações possibilitadas pelo texto, dando-lhe proximidade, fazendo com que exista não naquilo que tranquiliza, mas naquilo que interpela a diferença. Esta possibilidade de alteridade desaloja o sujeito, a princípio, de sua identidade e abre-o a novas possibilidades (*ipseidade*), refigurando novos sentidos, novas maneiras de ver e de sentir. É como se a cada leitura, o leitor transfigurasse sua forma de ver, visse aquilo que antes estava obscuro.

Esta tomada de posições com relação à obra, como instrumento de alteridade e autocompreensão, permite entender os rastros do passado como presentificações que possibilitam novas experiências para o Ser. Sair de si e dar lugar ao Outro, é necessário para o leitor, pois a partir do “encantamento” consegue elaborar outra forma de compreensão de si e do mundo, buscando não naturalizá-la, mas fazer com que esta se abra para outros questionamentos. Enquanto o *lugar* da escrita para M. de Certeau é um espaço materializado, o *lugar* do escrito para P. Ricoeur é transitório, fugidio, de

passagem, onde o Eu encontra o Outro, não de maneira altruísta ou egocêntrica, mas de forma a realinhar sua humanidade.

A interpretação do texto é capaz de tornar produtivo aquilo que P. Ricoeur chamou de “alienação cultural”, devido ao processo de distância temporal e às vezes espacial entre o autor e o leitor. A *ipseidade*, defendida pelo autor, seria uma forma de distância com relação à alteridade (RICOEUR, 2000, p.56). Sendo assim, explicar e compreender algo são categorias indispensáveis na leitura de um texto, onde explicar corresponderia a uma estrutura analítica capaz de desdobrar as proposições e significados e compreender traduzir-se-ia numa forma de apreensão do todo, a partir dos sentidos parciais, relação que deve ser efetuada em um único ato. Tais mecanismos devem levar o leitor a uma relação assimétrica de compreensão, no sentido de criação de algo novo e não somente de repetição.

Explicar e compreender servem, a princípio, como mecanismos que tornam potentes as conjecturas realizadas em um texto, já que as intenções do autor, no momento que escreveu, ficam sempre inacessíveis. Isto permite entender que construir um texto é uma operação conjectural, pois tudo aquilo a que damos importância é ela mesma uma forma de conjectura. O texto escrito é um indivíduo; um ser singular onde somente é possível vê-lo por partes. A conjectura, assim como a segunda etapa da operação historiográfica de M de Certeau, não é uma forma de validar a verdade, mas uma forma de torná-la possível através da argumentação. Os sentidos construídos e atualizados são frutos de uma interpretação à luz do que foi apreendido em outras experiências literárias.

Ao conjecturar sobre um texto, as argumentações devem ser realizadas de forma a tornar a interpretação mais provável que outra, diminuindo os possíveis erros que poderiam ser frequentes quando análises são realizadas sem problemáticas ou explicações aprofundadas. Se ler é transferir-se para o lugar do texto (RICOEUR, 1976, p. 96), então o lugar da compreensão deve ser um campo significativo de sentidos construídos, sempre presentificados, já que o texto não é um elo perdido numa cadeia histórica, ele é atemporal, sempre prestes a ser explicado e interpretado no presente.

O duplo processo de autonomia semântica e de desistoricização do texto, faz do acesso à escrita um caso em consonância com a autonomia semântica do discurso escrito e a existência autônoma da obra literária. Ambas as categorias fazem a mediação entre o

escritor e o texto e torna a interpretação uma atividade hermenêutica atualizada, capaz de fazer do leitor um ente singular, possível de apropriar-se dos sentidos existentes em um texto, pois estes estão abertos para quem quiser ler e fazer conjecturas ou suplementá-los, somente para lembrar a perspectiva de Schleiermacher.

Neste sentido, podemos dizer que para P. Ricoeur, o texto é um processo interpretativo sempre aberto ao desvelamento de novos sentidos; um acontecimento; um evento realizado no presente, onde o importante não é saber as intenções do autor, mas apropriar-se daquilo que é necessário para conhecer a si mesmo, pois este não existe como constructo de verdades intemporais, mas como espaço aberto que permite o sujeito criar novas conjecturas capazes de fazer com que se desvencilhe de si mesmo e encontre o Outro, não como diferença, mas como possibilidade.

### III. Conclusão

M. de Certeau e P. Ricoeur contribuíram de forma decisiva para o debate sobre as implicações da escrita e do texto, bem como o lugar do autor. Estas concepções são importantes para análise da história como texto<sup>1</sup>, capaz de presentificar o passado através de seus sinais, rastros que fazem do processo de escrita uma complexa atividade hermenêutica. Se M. de Certeau pensou a escrita da história como um importante procedimento existente na sua operação historiográfica, P. Ricoeur fez das suas análises sobre o texto um interessante pensamento reflexivo, capaz de reconhecer que os processos de explicação e interpretação são possibilidades existentes diante da confrontação de dois mundos: o da obra e o do intérprete (e leitor).

Diferentemente de M. de Certeau, que confere um estatuto epistemológico ao lugar social do autor, como instrumento capaz de contribuir para a explicação do seu dito e como forma que permite o seu silenciamento, P. Ricoeur não está preocupado em garantir ao autor um lugar central no processo de interpretação, ao contrário, transfere para a relação leitor-obra o momento de realização da atividade hermenêutica. O texto,

---

<sup>1</sup> Embora Ricoeur (2000), na obra *Teoria da Interpretação*, não trate sobre a questão da escrita da história, suas reflexões servem para entender e perceber a narrativa historiográfica como texto que dever ser problematizado e lugar de percepção da alteridade e ipseidade. Sobre suas incursões sobre a história ver: *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2007.

subtraindo-se ao autor e sua situação quando o escreveu, remete a um trabalho interpretativo que deve reelaborá-lo no sentido de revelar outros sentidos.

O texto, para M. de Certeau, é uma operação que contém em si as fases da operação historiográfica, pois é capaz de conter sob seus limites uma atividade que deve levar em conta o processo de deciframento daquilo que foi pronunciado (dito) e aquilo que ficou silenciado (não-dito). Ao historiador como escritor cabe utilizar-se de procedimentos adequados para “violentar” o texto, no sentido de fazer com que surja outro, levando em conta que este processo operacional não deve levar a construção de verdades, mas a possibilidades de inventividade capaz de referenciar o real e dar sentido à atividade humana.

Com relação a este processo de produção de sentido do texto, P. Ricoeur, ao se referir ao processo interpretativo, como mecanismo de apropriação destes, leva em conta o posicionamento crítico do leitor, a autonomia semântica da obra e seu caráter atemporal, já que a obra não é um segmento dentro de uma cadeia histórica, mas uma expressão das necessidades socioculturais de certo período. Desta forma, a apropriação do texto é uma atividade que deve levar em conta, prioritariamente, um encontro do si e do Outro ou o encontro do Outro em si.

Desta maneira, entendo que a escrita historiográfica ao se abrir para reflexão, para análise hermenêutica, deve levar em conta as contribuições efetuadas por P. Ricoeur e M. de Certeau, tanto relativamente a sua existência como “passeidade” como àquela que diz respeito ao processo de alteridade e de ipseidade. Nada no texto é garantia de verdade, como atividade que deve tentar cristalizar valores ou moralidades, mas um artefato onde é possível conjecturar explicações e permitir através do ato da leitura múltiplas compreensões. O entendimento do texto não deve ser uma operação lógica e simples, onde se realiza uma simples atividade de deciframento de códigos, mas uma atividade que possibilita mudanças referenciais para aquele que lê e escreve.

**Recebido em: 02/11/ 2010**  
**Aceito em: 14/12/2010**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, Michel de. Economia escriturística. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. vol. 1. Petrópolis (RJ): Editora: Vozes, 1994.

RICOEUR, Paul. A história: remédio ou veneno? In: RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 2000.

RICOEUR, Paul. Da hermenêutica dos textos à hermenêutica de ação. In: RICOEUR, Paul. *Do texto à ação*. Editora: Res. Coleção Diagonal. 1991.